

À acionista

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 02 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

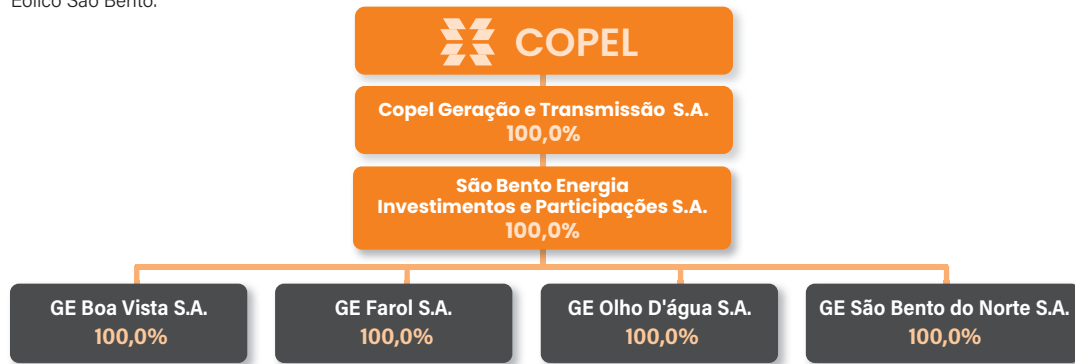
SÃO BENTO ENERGIA, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.
CNPJ 13.985.420/0001-16



I. A COMPANHIA

A Companhia é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado e subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.



As quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão da Aneel nº 07/2010.

A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos. A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	5,2	30,00	314,90	25.02.2015	28.04.2046
Farol	20,0	8,8	52,80	305,80	25.02.2015	20.04.2046
Olho d'Água	30,0	12,8	82,40	305,80	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	77,90	305,80	25.02.2015	19.05.2046
Total das Eólicas	94,0	38,1	243,1			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.
(2) Preço atualizado até dezembro/2024.

I. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2024	2023	variação %
INDICADORES CONTÁBEIS			
Ativo total	493.371	506.887	(2,7)
Caixa e equivalentes de caixa	135.625	127.367	6,5
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	114.560	118.895	(3,6)
Dívida total	116.679	136.447	(14,5)
Dívida líquida	(133.506)	(109.815)	21,6
Receita operacional bruta	79.571	89.408	(11,0)
Deduções da receita	(10.743)	(11.877)	(9,5)
Receita operacional líquida (ROL)	68.828	77.531	(11,2)
Custos e despesas operacionais	(51.627)	(54.422)	(5,1)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	17.201	23.109	(25,6)
Ebitda ou Lajida (a)	34.761	40.469	(14,1)
Resultado financeiro	13.289	18.177	(26,9)
IRPJ/CSLL	(10.716)	(14.079)	(23,9)
Lucro operacional	30.490	41.286	(26,1)
Lucro líquido do exercício	19.774	27.207	(27,3)
Patrimônio líquido	246.326	250.633	(1,7)
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	1,6	1,5	6,7
Liquidez geral (índice)	1,1	1,0	10,0
Margem de Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	50,5	52,2	(3,3)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	47,4	54,4	(12,9)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	44,3	53,3	(16,9)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	28,7	35,1	(18,2)
Participação de capital de terceiros (%)	50,1	50,6	(1,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	7,9	10,9	(27,5)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.161	45.528	135.625	127.367
Clientes	5	-	-	9.964	14.202
Dividendos a receber		2.387	3.616	-	-
Outros créditos		147	148	430	543
Imposto de renda e contribuição social		2.188	721	4.194	2.392
Despesas antecipadas	4	-	7	902	1.873
		67.887	50.020	151.115	146.377
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	94.135	100.181	115.122	119.408
Depósitos judiciais		28	26	28	26
Outros créditos		-	-	-	45
Outros tributos a recuperar		-	-	30	19
		94.163	100.207	115.180	119.498
Investimentos Imobilizado Intangível					
	7	231.610	234.795	-	-
	8	-	-	227.076	241.012
		-	-	54	-
		325.773	335.002	342.310	360.510
TOTAL DO ATIVO		393.660	385.022	493.425	506.887

Balancos Patrimoniais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9	2.672	2.673	233	387
Fornecedores	10	9	18	1.851	1.765
Imposto de renda e contribuição social		19	314	785	1.292
Outras obrigações fiscais		-	-	1.323	1.665
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	21.217	21.137
Dividendos a pagar		4.696	6.462	4.695	6.462
Obrigação pela não performance de geração de energia	19.2.4	-	-	62.030	66.098
Outras contas a pagar	13	-	-	106	83
		7.396	9.467	92.240	98.889
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9	135.840	124.085	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.1	3.581	356	8.506	3.635
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	95.462	115.310
Obrigação pela não performance de geração de energia	19.2.4	-	-	46.485	37.939
Outras contas a pagar	13	-	-	3.889	-
Provisões para litígios	12	517	481	517	481
		139.938	124.922	154.859	157.365
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14.1	173.622	173.622	173.622	173.622
Reserva legal	14.2	8.346	7.357	8.346	7.357
Reserva de retenção de lucros	14.2	50.269	50.269	50.269	50.269
Dividendo adicional proposto	14.3	14.089	19.385	14.089	19.385
		246.326	250.633	246.326	250.633
TOTAL DO PASSIVO		393.660	385.022	493.425	506.887

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	68.828	77.531
Custos Operacionais	16	-	-	(49.268)	(48.171)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	19.560	29.360
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	16	-	-	(239)	(14)
Despesas gerais e administrativas	16	(283)	(424)	(1.732)	(2.488)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	-	(1)	(388)	(3.749)
Resultado da equivalência patrimonial	7	10.050	15.226	-	-
		9.767	14.801	(2.359)	(6.251)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.767	14.801	17.201	23.109
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	17	15.186	18.819	24.962	31.575
Despesas financeiras		(36)	(39)	(11.673)	(13.398)
		15.150	18.780	13.289	18.177
LUCRO OPERACIONAL		24.917	33.581	30.490	41.286
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.918)	(6.056)	(5.844)	(10.805)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.225)	(318)	(4.872)	(3.274)
		(5.143)	(6.374)	(10.716)	(14.079)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.774	27.207	19.774	27.207
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais					
Ações ordinárias	14.4	0,11389	0,15670	0,11389	0,15670

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.774	27.207	19.774	27.207
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	19.774	27.207	19.774	27.207

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	173.622	5.997	50.269	18.927	248.815
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.207	27.207
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(18.927)	(18.927)
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	14.2	-	1.360	-	(1.360)
Dividendos mínimo obrigatório	14.3	-	-	-	(6.462)
Dividendos adicional proposto	14.2	-	-	19.385	(19.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.622	7.357	50.269	19.385	250.633
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.774	19.774
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(19.385)	(19.385)
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	14.2	-	989	-	(989)
Dividendos mínimo obrigatório	14.3	-	-	-	(4.696)
Dividendos adicional proposto	14.2	-	-	14.089	(14.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	173.622	8.346	50.269	14.089	246.326

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		19.774	27.207	19.774	27.207
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		35	41	11.376	13.366
Imposto de renda e contribuição social	18	1.918	6.056	5.844	10.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3.225	319	4.872	3.274
Resultado da equivalência patrimonial	7	(10.050)	(15.226)	-	-
Depreciação	8.1	-	-	17.560	17.360
Provisão de não performance de geração de energia	19.2.4	-	-	44.565	31.834
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		-	-	-	14
		14.902	18.397	103.991	72.026
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	4.238	(4.965)
Dividendos recebidos		14.465	46.222	-	-
Outros créditos		1	-	158	2.983
Imposto de renda e contribuição social		(1.467)	(462)	(1.802)	(17)
Outros tributos a recuperar		-	-	(11)	(3)
Despesas antecipadas		3	-	971	(511)
Depósitos judiciais		(2)	(3)	(2)	(3)
		13.000	45.757	3.552	(2.516)
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		11.754	(9.326)	(154)	(1)
Fornecedores		(9)	10	86	(2.958)
Outras obrigações fiscais		-	-	(342)	286
Obrigação pela não performance de geração de energia	19.2.4	-	-	(40.087)	(970)
Outras contas a pagar		-	-	314	49
		11.745	(9.316)	(40.183)	28.240
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		39.647	54.838	67.360	97.750
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.213)	(6.110)	(6.351)	(10.385)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(10.389)	(11.926)
		37.434	48.728	50.620	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua José Izidoro Bizozetto, 158, Curitiba - PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas (NE nº 1.1).

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

1.1 Concessões e Autorizações

Usina edílica	Autorização	Início operação comercial	Vencimento
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	25.02.2015	28.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	25.02.2015	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	25.02.2015	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	25.02.2015	19.05.2046

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em 02.04.2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NES nº 3.3 e 8 - Imobilizado; previsão de vida útil dos ativos;
- NES nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos; definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NES nº 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes; estimativa de perdas em processos judiciais;
- NES nº 3.6 e 18 - Reconhecimento de receita; estimativa de valores não faturados;
- NES nº 3.7 e 21 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;

2.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que colorem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro da Copel GeT.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens, limitados ao prazo de autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos e que representam a melhor estimativa de vida útil de cada bem.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registradas em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstruído pela passagem do tempo. Caso haja revisões dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração edílica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir do exercício de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
 - CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
 - CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback"; e
 - CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.
- 3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor**
A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:
- CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
 - CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento

Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);

- ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
 - CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
 - IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
 - IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
 - OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI) (a partir de 1º.01.2025);
 - CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).
- A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	45	3	6.426	6.414
Aplicações financeiras de liquidez imediata	63.116	45.525	129.199	120.953
	63.161	45.528	135.625	127.367

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 100,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2024	31.12.2023
			31.12.2024	31.12.2023
Contratos regulados	9.746	187	9.933	13.926
CCEE	77	-	77	291
(-) Perdas de créditos esperadas	(46)	-	(46)	(15)
	9.777	187	9.964	14.202

6. Títulos e Valores Mobiliários

Consolidado	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	94.135	100.181	114.560	118.895
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98,3% do CDI	-	-	562	513
	Não circulante	94.135	100.181	115.122	119.408

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de até 42 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos referentes a Cotas de Fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos (NE nº 11), conforme abertura apresentada abaixo:

Cotas de fundos de investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Conta Reserva Especial	94.135	100.181	94.135	100.181
Conta Reserva do Serviço da dívida	-	-	16.520	15.128
Conta Reserva de O&M	-	-	3.905	3.586
	94.135	100.181	114.560	118.895

7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2023	Equivalência patrimonial	Deliberação dividendo adicional proposto		Saldo em 31.12.2024
						Dividendos propostos	Dividendos propostos	
GE Boa Vista S.A.	26.401	849	(1.196)	26.054	559	(605)	(133)	25.875
GE Farol S.A.	53.030	1.719	(3.432)	51.317	3.913	(1.224)	(928)	53.078
GE Olho D'Água S.A.	9.178	5.164	(5.409)	91.473	1.308	(3.680)	(311)	88.790
GE São Bento do Norte S.A.	64.497	7.494	(6.040)	65.951	4.266	(5.340)	(1.013)	63.864
	235.646	15.226	(16.077)	234.795	10.046	(10.849)	(2.385)	231.607

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2024	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2023
Máquinas e equipamentos	362.528	(135.809)	226.719	357.189	(118.267)	238.922
Edificações	447	(112)	335	447	(96)	351
Móveis e utensílios	16	(6)	10	13	(5)	8
	362.991	(135.927)	227.064	357.649	(118.368)	239.281
Em curso						
Custo	12	-	12	1.730	-	1.730
	12	-	12	1.730	-	1.730
	363.003	(135.927)	227.076	359.379	(118.368)	241.011

8.1 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Aquisições	Depreciação	Capitalizações	Saldo em 31.12.2023	Aquisições (a)	Depreciação	Capitalizações	Saldo em 31.12.2024
Em serviço									
Máquinas e equipamentos	256.267	-	(17.343)	-	238.924	3.595	(17.543)	1.743	226.719
Edificações	367	-	(16)	-	351	-	(16)	-	335
Móveis e utensílios	7	-	(1)	3	9	-	(1)	2	10
	256.641	-	(17.360)	3	239.284	3.595	(17.560)	1.745	227.064
Em curso									
Custo	1.068	664	-	(3)	1.729	28	-	(1.745)	12
	1.068	664	-	(3)	1.729	28	-	(1.745)	12
	257.709	664	(17.360)	-	241.013	3.623			

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.		
Suprimento de energia elétrica	(3.658)	-
FDA Geração de Energia S.A.		
Energia elétrica para revenda	-	(4.196)
Pessoal chave da administração (a)		
Honorários e encargos sociais (NE nº 16)	(57)	(124)
Planos previdenciários e assistenciais	(4)	(5)

- a) A Companhia e suas controladas não possuem planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

10. Fornecedores

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	1.286	1.248
Encargos de uso da rede elétrica	565	517
Circulante	1.851	1.765

11. Empréstimos e Financiamentos

O contrato teve o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e tem como garantia penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios e todos os empréstimos foram realizados com o BNDES.

Empresa	Garantias (a)	Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
GE Farol	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda	22.410	26.207
GE Boa Vista	venda de energia elétrica produzidas pelo	16.568	19.374
GE S.Bento do Norte	projeto; cessão fiduciária das máquinas e	37.573	43.940
GE Olho D'Água	equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.	40.128	46.927
		116.679	136.448
	Circulante	21.217	21.137
	Não circulante	95.462	115.310

(a) Para todos os contratos há garantia Fidejussória da Copel ou Copel GET

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2024	Consolidado
2026	20.827
2027	20.827
2028	20.827
2029	20.827
2030	12.154
	95.462

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2023	155.615
Encargos	11.856
Variação monetária e cambial	1.469
Amortização - principal	(20.566)
Pagamento - encargos	(11.926)
Em 31.12.2023	136.448
Encargos	10.291
Variação monetária	1.048
Amortização - principal	(20.719)
Pagamento - encargos	(10.389)
Em 31.12.2024	116.679

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiro	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		

Financiamento a empreendimentos - Finem

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, atualizou as estimativas de perda em provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, no montante de R\$ 517 em 31.12.2024 (R\$ 481 em 31.12.2023) quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Não houve quitações durante o exercício.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 64.662 (R\$ 58.056 em 31.12.2023), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

13. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para descomissionamento parques eólicos (a)	3.891	-
Outras contas a pagar	104	83
	3.995	83
Circulante	106	83
Não circulante	3.889	-

(a) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 8.1). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024 é de R\$ 173.622 (R\$ 173.622, em 31.12.2023), composto por 173.621.468 ações ordinárias pertencentes a Copel GeT.

14.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	19.774	27.207
Reserva legal (5%)	(989)	(1.360)
	18.785	25.847
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	4.696	6.462
Dividendo adicional proposto	14.089	19.385
	18.785	25.847
Valor do dividendo por ação	0,000108	0,000149

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

14.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	19.774	27.207
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	173.621.468	173.621.468
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,11389	0,15670

16. Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Despesas gerais e administrativas	31.12.2024		31.12.2023		Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31.12.2024		31.12.2023	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023						31.12.2024	31.12.2023		
Pessoal e administradores	(6)	(6)	(13)			Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(3.670)	-	-	-	(3.670)	(4.227)		
Planos previdenciário e assistencial	(1)	(1)	(1)			Encargos de uso da rede elétrica	(6.476)	-	-	-	(6.476)	(6.029)		
Serviços de terceiros	(178)	(178)	(201)			Pessoal e administradores	-	-	(937)	-	(937)	(1.337)		
Outras despesas operacionais	(98)	(98)	(210)			Planos previdenciário e assistencial	-	-	(140)	-	(140)	(157)		
	(283)	(283)	(425)			Material	(293)	-	-	-	(293)	(112)		
						Serviços de terceiros	(17.072)	-	(261)	-	(17.333)	(14.492)		
						Depreciação e amortização	(17.560)	-	-	-	(17.560)	(17.360)		
						Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(239)	-	-	(239)	(14)		
						Arrendamento e aluguéis	(1.629)	-	-	-	(1.629)	(3.119)		
						Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(2.568)	-	(394)	(388)	(3.350)	(7.575)		
							(49.268)	(239)	(1.732)	(388)	(51.627)	(54.422)		

16.1.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	15.132	18.795	24.467	30.423
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	43	128
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	139	44
Outras receitas financeiras	54	24	313	980
	15.186	18.819	24.962	31.575
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	10.291	11.858
Variação monetária litigios	36	39	36	39
Outras despesas financeiras	-	-	1.346	1.501
	36	39	11.673	13.398
Líquido	15.150	18.780	13.289	18.177

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Financeira	15.186	15.186	18.819	18.819
(-) Receita Financeira Provisionada	(9.486)	(9.486)	(937)	(937)
Base de cálculo Receita Financeira	5.700	5.700	17.882	17.882
(-) Base de cálculo	5.700	5.700	17.882	17.882
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.405	513	4.447	1.609
Receita Financeira Provisionada	9.486	9.486	937	937
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.371	854	234	84

Consolidado	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	80.396	80.396	116.338	116.338
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.648	3.648	4.233	4.233
ICMS Substituição tributária	(7.957)	(7.957)	(7.770)	(7.770)
Aliquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	6.087	9.131	9.024	13.537
Receita Financeira	24.962	24.962	31.575	31.575
(-) Receita Financeira Provisionada	(14.327)	(14.327)	(9.631)	(9.631)
Base de cálculo Receita Financeira	10.635	10.635	21.944	21.944
(-) Base de cálculo	16.722	19.766	30.968	35.481
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	4.065	1.779	7.612	3.193
Receita Financeira Provisionada	14.327	14.327	9.631	9.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.583	1.289	2.407	867

18.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos (Passivo)

O valor total apresentado no passivo de R\$ 8.506 (Consolidado) e R\$ 3.581 (Controladora) de Imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se ao diferimento sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

18.2 Reforma tributária do consumo

A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu a Reforma Tributária do Consumo no Brasil. A Lei Complementar nº 214, sancionada em 16.01.2025, regulamenta parcialmente a reforma, que ainda depende da conclusão da regulamentação no Senado. No setor elétrico, o diferimento da tributação minimizará os impactos, mas os efeitos completos só serão conhecidos após a regulamentação completa do novo sistema tributário. Não há impacto nas demonstrações financeiras de 2024.

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	31.12.2024				31.12.2023			
	NE nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros								
Valor justo por meio do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	135.625	135.625	127.367	127.367		
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	115.122	115.122	119.408	119.408		
Custo amortizado								
Clientes (a)		5	9.964	9.964	14.202	14.202		
Total dos ativos financeiros			260.711	260.711	260.977	260.977		
Passivos Financeiros								
Custo amortizado								
Fornecedores (a)			1.851	1.851	1.765	1.765		
Empréstimos e financiamentos (c)	11		116.679	111.370	136.447	127.995		
Total dos passivos financeiros			118.530	113.221	138.212	129.760		

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:
Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e
Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + spread de 1,12%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	116.679	136.447
(-) Caixa e equivalentes de caixa	135.625	127.367
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	114.560	118.895
Dívida líquida	(133.506)	(109.815)
Patrimônio líquido	246.326	250.633
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	(0,54)	(0,44)

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada			
		GE Boa Vista S.A	GE Farol S.A	GE Olho D'Água	São Bento S.A
Seguro D&O (a)	28.03.2026	154.808	154.808	154.808	154.808
Riscos Operacionais	28.11.2025	86.799	125.239	193.245	190.956
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000	30.000	30.000	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2026	10.361	10.419	14.317	18.397
Garantia de Pagamento - CHESF	18.11.2025	-	-	205	-
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2025	93	135	-	205

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

21.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE 8.1, parte das adições do imobilizado, no montante de R\$ 3.595, tiveram origem na provisão para descomissionamento dos parques eólicos (NE nº 13).

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração do fluxo de caixa.

Curitiba, 02 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA
Contador - CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (São Bento Hol), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da São Bento Hol de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da São Bento Hol de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 02 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 02 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

